

OFSCAR



O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: EXPANSÃO E POLÍTICAS DE ACESSO

Higher education in Brazil: expansion and access policies

Ivana de Barros – UFSCar/Campus Sorocaba*

Resumo: O principal objetivo desse estudo é refletir sobre o Ensino Superior no Brasil e suas políticas de acesso no final do século XX e primeiras décadas do século XXI. Destaca-se a centralidade da educação superior e a questão da demanda reprimida observada desde sua gênese, visto ser uma etapa educacional descompassada pela luta de classes e hegemonia do capital. Trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo. O estudo destacou que, embora a expansão das políticas de acesso através dos programas REUNI, PROUNI, FIES e IFET impactou a realidade brasileira, mas, se mostrou como insuficiente para o atendimento da demanda na rede pública, favorecendo o crescimento de ofertas e expansão da rede privada.

Palavras-chave: Ensino Superior. Políticas de Acesso. Democratização.

Abstract: The main objective of this study is to reflect on higher education in Brazil and its access policies at the end of the twentieth century and the first decades of the 21ST century. It is noteworthy the centrality of higher education and the question of the suppressed demand observed since its genesis, since it is an educational stage uncompassed by the struggle of classes and hegemony of the capital. This is an exploratory research of a qualitative nature. The study highlighted that, although the expansion of access policies through the REUNI, PROUNI, FIES and IFET programs impacted the Brazilian reality, but proved insufficient to meet demand in the public network, favoring the growth of offerings and Expansion of the private network.

Keywords: Higher education. Access policies. Democratization.

INTRODUÇÃO

A Educação Superior tem um papel de extrema relevância para a sociedade e sua amplitude e profundidade gera diferentes olhares de muitos estudiosos e não será possível expô-los na totalidade nessa introdução, porém, pode-se elencar algumas das suas funções: buscar e gerar conhecimento; contribuir para o desenvolvimento de tecnologias e inovações, ou seja, produzir ciência; desenvolvimento econômico; participação na construção de políticas públicas que impactam nas relações da vida cotidiana da sociedade e seu futuro, conforme discorre Lima (2000). A Educação Superior, influenciando as diferentes áreas da sociedade, leva-nos a refletir sobre os caminhos pelos quais tem sido conduzida e o enfrentamento dos problemas e desafios como: ampliação de vagas com qualidade, expansão e atualização da pesquisa, recursos financeiros insuficientes.

Santos (2015) afirma que “[...] o papel das universidades se traduz em efetivo compromisso com a solução de problemas e desafios de seu contexto econômico-social, implicando responsabilidades quanto a interesses e necessidades sociais.” De acordo Sucre e González (1994 *apud* LIMA, 2000 p.13) enumeram algumas funções que a universidade deve ter como diretriz para atingir: treinar estudantes, professores e pesquisadores aptos no discernimento e resolução de problemas, no que se trata da realidade que nos rodeia, e enfoque na disciplina que trabalham; informar sobre os ocorridos nas as disciplinas universitárias que trabalham; Agregar o conhecimento adquiridos da disciplina num contexto mais geral permitindo associar a outros conhecimentos; Garantir a atualização dos docentes; Observância com questões da sociedade para direcionar a produção de trabalhos técnicos e científicos que necessitem de conhecimento e aprofundamento. Segundo Castro (1997, p.472 *apud* LIMA, 2000 p.16):

[...] o acesso à educação superior e aos serviços que ela presta à sociedade é parte e elemento de qualquer programa de desenvolvimento sustentável, pois o desenvolvimento de recursos humanos e da pesquisa é condição para que a

*Assistente social em Salto-SP. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba. E-mail: ivanabarros.social@gmail.com.

humanidade possa enfrentar os desafios desse final de século e entrar no terceiro milênio com a garantia da educação e formação dos cidadãos, a nível mundial.

Devido a essa demanda pela educação, a iniciativa privada enxergou uma possibilidade de negócio rentável. Desta forma, essas instituições foram crescendo por todo o território nacional e fazendo com que toda a rede privada da educação caminhasse na mesma direção. A política pública educacional, devido à essa resposta rápida dada pela iniciativa privada com o aumento significativo do aumento do número de vagas para a educação superior, deixou de investir na rede pública e em sua expansão, logo, o resultado, foi o encolhimento do sistema, conforme afirma Ristoff; Giolo (2006, p. 20).

A mercantilização do Ensino Superior, os impactos da privatização, a política de acesso que por um lado oferece oportunidade para os estudantes de baixa renda, que precisam vender sua mão de obra para o seu sustento e de sua família. Por outro lado, ampliam e solidificam a privatização, pois o governo pagando as bolsas, deixa de investir nas universidades federais. Que oportunidade de fato é essa? Realmente terão o 'sucesso' esperado, palavra repetida várias vezes nos murais da universidade?

A HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A história do ensino superior no Brasil tem sua gênese no período do império, quando havia os Colégios Jesuítas que ministravam cursos de Filosofia e Teologia. Em 1808, com a chegada de Dom João VI, surgiram cursos como os de Engenharia, Anatomia e Economia. Nos anos subsequentes foram surgindo os cursos de Cirurgia, Medicina, Agricultura, Química bem como Desenho Técnico, ressaltando que esses eram cursos isolados e não faziam parte de uma ideia de Universidade, conforme descreve Saviani (2004).

Em 1827, surgiram as faculdades através de um Decreto criado por Dom Pedro I, fato que possibilitou a instauração dos Cursos de Direito em São Paulo e outro em Olinda. Eram de natureza pública, mantidos pelo Estado, e assim manteve-se até o final do império. Naquele contexto, havia movimentos Positivistas e Liberais que lutavam pela desoficialização do Ensino Livre e a posterior Reforma Leôncio de Carvalho em 1879, afirma Saviani (2004). Nas primeiras décadas da República, o Estado não fomentou de forma impactante o Ensino Superior, pelo contrário, nota-se um esfriamento.

Já através de iniciativas privadas foram implantadas várias faculdades e o esboço de universidades de origem particular, chamadas de universidades passageiras por Cunha (1986, *apud* SAVIANI, 2004, p.4) sendo as Universidades do Paraná, Manaus e São Paulo. De acordo com Saviani (2004) na década de 30, após a Revolução, o Estado retoma o protagonismo e cria o Ministério da Educação e Saúde Pública que tratava sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro, através do Estatuto de Universidades Brasileiras. Com a junção da Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica, fundou-se a primeira Universidade do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Cronologicamente, podemos referir, como segue-se, as transformações no ensino superior pautado predominantemente para elites:

- 1931 Reforma Francisco Campos estabeleceu o Estatuto das universidades Brasileiras
- 1934 A fundação da Universidade de São Paulo
- 1935 A Universidade do Distrito Federal mantida pelo governo do Rio de Janeiro
- 1941 PUC do Rio de Janeiro
- 1946 PUC de São Paulo

Segundo Saviani (2004) "Em 1942, no ensino secundário, existia uma visão descrita no Decreto-lei 4244/ 42 que a educação era para "formar individualidades condutoras" e o acesso ao Ensino Superior era restrito às Elites." No final da década de 40 e no decorrer da próxima década, ocorre a federalização das universidades. Processo que terá continuação nas décadas de 60 e 70. Neste contexto, foram criadas cerca de 20 universidades públicas federais em todo o território brasileiro, afirma Saviani (2004), a sociedade que alterava de padrão para urbano /industrial apresentava uma demanda de alunos que não tinham vagas para ingressar no Ensino Superior, apesar de terem obtido nota para o ingresso. Questão que levou esses alunos a iniciarem movimentos em busca do aumento do número de vagas.

O movimento cresceu e fortaleceu, originando a UNE (União Nacional dos Estudantes que lutava pela reforma de base com ideologia nacionalista-desenvolvimentista). Com isso, a questão da Universidade assumia uma dimensão de ordem social e política bem mais ampla, tornando-se um dos componentes

da crise que desembocou na queda do Governo João Goulart e, posteriormente, instalação do Regime Militar. Afirmar Saviani (2004) que o Golpe Militar em 1964, cerceando as manifestações, provocou um aguçamento pela Reforma Universitária com a bandeira “mais verbas e mais vagas”, gerando pressões populares para ampliação do número de vagas.

A Reforma Universitária, Lei 5540/68, responde a duas demandas contraditórias: a primeira era a demanda dos estudantes, postulantes e professores que reivindicaram a abolição de cátedra, a autonomia universitária, mais verbas e vagas para pesquisas, além de ampliar o raio de ação; a segunda era constituída por grupos ligados ao Regime Militar que tinham como objetivo aliar o Ensino Superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em concordância com as solicitações do Capitalismo Internacional. Segundo Saviani (2004):

O Grupo de Trabalho da Reforma Universitária buscou atender a primeira demanda proclamando a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, abolindo a cátedra que foi substituída pelo departamento, elegendo a instituição universitária como forma preferencial de organização do Ensino Superior e consagrando a autonomia universitária, cujas características e atribuições foram definidas e especificadas. De outro lado, procurou atender a segunda demanda instituindo o regime de créditos, a matrícula por disciplina, os cursos de curta duração, a organização fundacional e a racionalização da estrutura e funcionamento.

Portanto, na Reforma Universitária, houve resistência governamental e resultando “A cassação de vários líderes acadêmicos que atuavam na ‘reforma’ e os exacerbados antagonismos e preconceitos que caracterizaram esse período resultaram em deformações em sua implantação”, conforme afirma Silva (2001). Na Reforma Universitária foram vetados pelo Governo Federal, que estava sob a égide do Regime Militar, através do Decreto-Lei n.464/69 primordialmente do que se referia a autonomia das universidades. Relata Saviani (2004) que na ocasião houve uma abertura indiscriminada de escolas privadas isoladas e autorizadas pelo Conselho Federal de Educação, não seguindo a regra disposta na Lei 5540 que estabelecia a organização universitária, e apenas como exceção estabelecimentos isolados.

Segundo Santos (2015, p.11) “Entre 1960 e 1980 o número de matrículas no ensino superior passou de 93 mil para 1,3 milhão, crescimento de mais de 1000 %; no setor privado o crescimento foi mais de 2000%.” A Constituição Federal de 1988 consagrou a autonomia universitária, estabelecendo a indissociabilidade entre pesquisa e extensão universitária além do ingresso por concurso público e regime jurídico. As universidades passaram a ter dotação orçamentária para exercício, plena autonomia e reivindicar a expansão de vagas públicas. Tornou possível a criação e extinção de cursos e naquela expansão, a qualidade não era objetivo primordial.

A partir da década de 90, iniciou-se o processo no qual a expansão das Universidades Públicas, especialmente as Federais, mostrou-se inferior à expansão de instituições privadas. A política educacional adotada no Governo de Fernando Henrique Cardoso evidenciou a proposta formulada pelo MEC para o Plano Nacional de Educação apresentada em 1997, discorre Saviani (2004). Em 1998, ocorreu a Conferência Mundial sobre Ensino Superior em Paris. Segundo Lima (2013, p.86) que relata, “O cerne da discussão foi a “inadequabilidade da estrutura e funcionamento” da universidade frente ao mundo globalizado e em processo de reestruturação econômica.”

Na década de 1990, o ensino superior houve importante expansão, porém, trouxe problemas em relação a sua eficácia e qualidade. Apresenta Silva (2001, p.274) [...] O número de instituições cresceu de 918 para 1.097 com as universidades privadas aumentando de 40 para 83, e as públicas de 55 para 72. As 72 universidades públicas estão bem distribuídas entre as cinco regiões, mas, das universidades privadas, 85% estão concentradas nas regiões Sudeste e Sul. Entre as outras 942 instituições, há 39 como “centros universitários”, 74 como “faculdades integradas”, 813 “faculdades” e 16 “centros de educação tecnológica.” Das 1.097 instituições, em média 37,3% localizam-se nas capitais dos estados e 62,7% no interior, mas com grandes variações.

Importante enfatizar que a expansão e a privatização prosseguiram e ganharam força após a implantação da LDBEN/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Por um lado, as classes baixas, composta por trabalhadores, anseiam por estar no Ensino Superior. Somando-se a isso, o sistema capitalista, exercido pelas empresas, lança no mercado a exigência de conhecimentos muito específicos e títulos para a empregabilidade da referida classe. Por outro, o governo diminuiu os investimentos nas universidades públicas e, com o dilema da demanda por mais vagas, acaba

investindo na ampliação dessas, direcionando-as para o sistema privado, com os projetos de inclusão social, tais como: ProUni e FIES. Dessa forma, está colocada a regra de mercado, onde há um público requerendo uma vaga e, a iniciativa privada ágil e competitiva, oferecendo um produto acessível financeiramente e com a oferta dos cursos nos modelos que se encaixam para a classe trabalhadora.

A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DE 2000 ATÉ A ATUALIDADE

Segundo Lima (2013), próximo ao término do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Congresso aprovou o PPA (Plano Plurianual 2000- 2003) a base das discussões foram em torno da reestruturação produtiva mundial, ao qual foram implantado eixos mobilizadores que seriam o foco de cada ministério e para todos os setores do governo. A partir dos eixos, chegou-se a muitos objetivos, porém aqui comentaremos três: Criar um ambiente macroeconômico favorável ao crescimento sustentável; Elevar o nível educacional da população e ampliar a capacitação profissional e Ofertar escola de qualidade para todos. Afirma Lima (2013, p.88):

A expansão e a democratização do acesso e encaminhamentos da educação superior no Brasil certamente delimitou parte da estruturação do PDE [Plano de Desenvolvimento da Educação] por meio do Decreto N° 6094 de 24/04/2007 "Todos pela Educação", as Diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica para fins de constituição dos IFETS [Decreto N° 6095 de 24/04/2007] e do Decreto N° 6096 de 24/04/2007 que instituiu o programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. À luz dessas três iniciativas governamentais, discutir-se-á o alcance da expansão e democratização do acesso à educação superior para a realidade brasileira, considerando as contradições estruturais entre proposições e necessidades reais da sociedade.

Em 2001 foi instituído o FIES- Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, Lei n.10.260/01, destinada à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Alterada pela última vez pela redação da Lei n.13.530/17, o financiamento tem o intuito de beneficiar estudantes matriculados em cursos da educação profissional, técnica e tecnológica, e em programas de mestrado e doutorado com avaliação positiva, desde que haja disponibilidade de recursos, nos termos do que for aprovado pelo Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil (CG-Fies).

Como afirma Lima (2013), uma outra forma ou maneira alternativa para o "atendimento" a um percentual representativo de pessoas de baixa renda quanto ao acesso à educação superior é o FIES, cujo objetivo é a disponibilização de financiamento para estudantes de baixa renda matriculados em instituições privadas. Instituído em 1999 e orientado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), o FIES por meio da Lei n.11.5522 de 19/11/2007 alterou o limite de financiamento, bem como o período de carência e diminuição de juros para os estudantes. Assim o ProUni e o FIES tem sido instrumentos que tem contribuído para a expansão de educação superior privada, que representa hoje no Brasil o atendimento de quase 75% das vagas.

O ProUni foi criado pela Medida Provisória de 10 de setembro de 2004 e transformado na Lei n. 11.096 em 13 de janeiro de 2005, objetivo era dar acesso para estudantes de baixa renda e que não tivessem cursado o Ensino Superior através de descontos parciais ou integrais em Universidades particulares que eram ressarcidas pelo governo. De acordo com Segenreich e Castanheira (2009) "[...] o discurso de democratização do acesso ao ensino superior do governo, em relação ao ProUni, recebeu muitas críticas por representar o aprofundamento da privatização do ensino superior, tanto na época de sua criação como no decorrer do seu processo de implantação."

O que se pôde observar nos dados apresentados é que a privatização, em termos de crescimento das IES privadas/particulares, marcou o período 1996-2001. Isto se fez sentir mais fortemente no aumento exagerado da oferta de vagas para a demanda existente, o que gerou uma "bola de neve" de estoque de vagas ociosas no sistema de educação superior. Mais uma vez o governo acabou por socorrer, de certa forma, essas instituições, por intermédio do ProUni. Segundo Porto e Régner (2003), as principais críticas ao crescimento acelerado do sistema brasileiro de ensino superior dirigem-se à sua possível perda de qualidade. Assume -se a premissa de que qualidade não combina com quantidade ou, ainda que se facilitar demais a entrada, não se tem como garantir o resultado final. Essa crítica é dirigida principalmente ao crescimento do número de novas instituições (e de estudantes por elas atendidos), que, em tese, teriam menor qualidade do que as demais já estabelecidas, além de receberem como

alunos os egressos do ensino médio com menor qualificação. O debate que estes entendimentos suscitam está longe de apresentar um consenso.

O REUNI-Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, foi instituído em 2007, pelo do Decreto nº 6.096, tendo como finalidade criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior em nível de graduação, aproveitando a estrutura física e os recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL, 2007). Como afirma Lima (2013) as universidades que fizessem a adesão ao REUNI, seriam oferecidos recursos para a ampliação de estrutura físicas e tecnológicas e contratação de docentes técnicos. Como contrapartida as universidades deveriam apresentar um percentual de 90% de contrapartida de conclusões nos cursos de graduação e a relação de 18 alunos por professor. Com isso todas as universidades federais brasileiras aderiram ao REUNI. Como um dos resultados dessa iniciativa houve um crescimento de 20,4% de matrículas nos cursos de graduação presencial, entretanto, observando-se que ao custo de salas superlotadas e alocação de recursos insuficientes para a continuidade de expansão, além do que, a contenção ao acesso à educação superior, principalmente a pública, ainda permanece no Brasil, como processo que tem início muito antes do vestibular.

Fazendo uma breve observação sobre o quadro que se instalara no Brasil até 2007, momento em que o PDE estabelecera metas específicas sobre a educação profissional e tecnológica, há de se destacar que até então predominavam as instituições particulares no atendimento à qualificação profissional ou oferta de cursos técnicos ou de graduação. Havia então um percentual predominante da iniciativa privada sobre a oferta das instituições de ensino superior com a exigência mínima do ensino fundamental e em nível técnico e tecnológico e com isso tinha-se um descompasso na oferta em nível de instituições públicas, ou seja, a expansão e a democratização do acesso deveriam ser revistas, inclusive com a desconcentração das instituições em regiões tradicionalmente já desenvolvidas com vistas à redução das desigualdades inter-regionais, afirma Lima (2013).

Discorre Lima (2013), no Plano de Desenvolvimento da Educação, por meio do Decreto 6095 de 24/04/2007 foram estabelecidas diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFETs, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Nesse decreto estava expresso o reconhecimento da insuficiência da oferta de educação profissional e tecnológica para a reorganização e a convocação para a atuação integrada nas distintas regiões da federação, que deveriam reunir esforços para a agregação voluntária de Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs, Escolas Técnicas Federais - ETF, Escolas Agrotécnicas Federais - EAF e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, localizados em um mesmo Estado.

A planificação do PDE ganharia robustez com a Lei n. 11892 de 29/12/2008 com a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Isso significava que como autarquias, os institutos poderiam expandir a sua oferta, bem como o número de unidades conforme as demandas regionais identificadas. A meta era a de formar e qualificar profissionais para os diversos setores da economia, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade.

Segundo dados de 2007, apenas 46% dos jovens tinham acesso ao ensino médio. Mesmo com o aumento do número de unidades dos institutos federais pós-PDE, existe uma filtragem para o ingresso nos cursos dos IFET's, o que não existe na iniciativa privada. Também podemos dizer que ainda falta muito para a oferta de cursos, via implantação dos IFETs, se tornar uma distribuição equilibrada, principalmente nas regiões centro-oeste, nordeste e norte. Outro ponto importante é que, mesmo com uma maior concentração de institutos nas grandes regiões, como a sudeste, mais precisamente no estado de São Paulo, não se tem conseguido atingir um patamar expressivo de jovens na garantia de vagas nesses cursos.

Comenta Lima (2013, p.98) “[...] é afirmado que os pobres vão menos à escola, falta educação profissional e tecnológica para os jovens, somente metade dos alunos brasileiros conclui o ensino fundamental e 67% finalizam o ensino médio.” Cientes disso, tem-se que se desenvolver sim políticas de que atendam a demanda reprimida em busca de vagas na educação para a educação profissional e tecnológica, mas também uma política pública voltada na trajetória da vida escolar do estudante, ou seja, estruturais, possibilitando condições igualitárias das oportunidades sociais disponíveis para todos os estudantes, garantindo-se a educação como prioridade, portanto, não excludente em sua finalidade, confirma Lima (2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que a privatização do Ensino Superior ocorre desde a década de 1960, porém com mais força nos dias de hoje. Com o avanço da privatização, a educação foi sendo tratada cada vez mais como um produto e os alunos, como clientes. O financiamento estudantil possui um preço acessível a uma parte da população que precisa trabalhar e tem pouco tempo de dedicação aos estudos.

Os alunos, vindos de famílias que não dispõem de capital econômico e cultural para competirem com aqueles oriundos da elite, recebem como promessa uma carreira, sucesso, vagas de emprego, ou seja, um lugar ao sol.

O compromisso da educação superior privatizada foge da essência de formação do cidadão e do compromisso ético de formar um profissional habilitado para executar uma função na sociedade, além de ser parte da sociedade e de se reconhecer como tal. Devemos ressaltar que a produção de ciência no Brasil está totalmente ligada às universidades públicas, e que as privatizadas, não tendo a pesquisa como foco, colaboram para que o país permaneça, por exemplo no caso de patentes, muito aquém de seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília: Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 02 ago. 2012.
- CUNHA, L.A. *A universidade temporã*, 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1986.
- LIMA, P.G. Caminhos da universidade rumo ao século XXI: pontos e estratégias para a sua orientação. *Paidéia*, FFCLRP-USP, Rib. Preto, jan.-jul., 2000 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v10n18/02.pdf>. Acesso em: 02 Jan. 2019.
- LIMA, P.G. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 85-105, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n1/06.pdf>. Acesso 02 Jan. 2019.
- PORTO, C.; RÉGNIER, K. O ensino superior no mundo e no Brasil – condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025. Brasília: Ministério da Educação, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasil Tendenciascenarios2003-2025.pdf>. Acesso em 20 jun.2019.
- RISTOFF, D.; GIOLO, J. O SINAES como sistema. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 3, n. 6 (2006). Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/106/100>. Acesso em : 02 jan. 2019.
- SANTOS, S.M. *Desempenho das universidades brasileiras nos rankings internacionais: áreas de destaque da produção científica brasileira*. Tese (Ciência da Informação). São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/2016/Teses-Premiadas/Ciencias-Sociais-Aplicadas-Solange-Maria-dos-Santos.PDF>. Acesso em : 02 jan. 2019.
- SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. *Póiesis Pedagógica*, v.8, n.2 ago-dez, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035/8876>. Acesso em: 02 jan. 2019.
- SAVIANI, D. Educação e Colonização: as ideias pedagógicas no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Vol. I – Séculos XVI-XVIII*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- SEGENREICH, S. C. D.; CASTANHEIRA, A. M. Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós LDBEN/96 :evidências e tendências. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, v. 17 n.62, p.

55-86, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v17n62/a04v1762.pdf>. Acesso em : 02 jan. 2019.

SILVA, A. C. Alguns problemas do nosso ensino superior. *Estudos Avançados* 15 (42), 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a14.pdf>. Acesso em : 02 jan. 2019.

Recebido em: 03.07.2019

Aprovado em 30.07.2019